

## **FORMAÇÃO CONTINUADA EM EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PARA PROFESSORES DA EPT**

BATALHA, Renata de Souza <sup>1</sup>

**RESUMO:** Os Institutos Federais surgiram como um novo modelo de instituição para a modalidade de ensino da Educação Profissional e Tecnológica – EPT, que visa responder de modo eficaz às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e por suporte aos arranjos produtivos locais. O presente trabalho discute sobre a formação continuada dos professores na EPT na perspectiva de conhecer suas necessidades de formação, numa abordagem descritiva, visando os aspectos teóricos e metodológicos, apontando os desafios enfrentados pelos mesmos. Temos por objetivo verificar quais os principais desafios diante da formação continuada do docente na EPT para relações étnico-raciais e a metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desafios; Formação continuada; Educação Profissional e Tecnológica; Relações étnico-raciais.

### **1 INTRODUÇÃO**

A docência na Educação Profissional e Tecnológica tem inúmeras características que precisam discernir no processo de formação para a docência e, assim, consideramos que a formação continuada do professor para a educação profissional e tecnológica deve ser incluída nas políticas públicas com intuito de romper com a dualidade histórica da educação brasileira que dissocia a educação básica e a educação profissional, formação básica e formação técnica.

É por esta razão que, Tardif (2014) salienta que a formação de professores é um processo que para ser considerado assertivo necessita considerar as experiências e o conhecimento prévio do professor. Este é um ponto que não pode ser ignorado pelos programas de formação continuada docente.

Um dos motivos que me fizeram escrever sobre formação continuada, foi que após alguns anos da conclusão da graduação, e a dedicação quase que exclusiva a maternidade, eu retornei para a sala de aula, e sentir a necessidade de mais

---

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas- UEA, campus Parintins, email: renatabalha20@gmail.com

aperfeiçoamento profissional, e nesse meio tempo surgiu a oportunidade de fazer a especialização do IFAM em EPT. Após apresentar meu projeto de intervenção para o professor orientador, ele sugeriu que delimitássemos o tema sobre formação continuada, e como estávamos trabalhando com o projeto sobre consciência negra dentro da escola, então assim surgiu o tema: a Formação Continuada em Educação para as Relações Étnico-raciais para Professores da EPT.

Uma grande parte dos estudos voltados para a educação e as relações étnico-raciais, e muitas vezes leva em consideração a compreensão histórica e sociológica para explicar as experiências da população brasileiras. E com o propósito de analisar os fatos e estruturas que contribuíram para o contexto educacional de exclusão, racismo, discriminação e desigualdade racial, enfrentado pela população negra do país. Sendo assim, é necessário fazer esse diálogo entre formação continuada de professores e a Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003), as concepções e dinâmicas que circunscrevem a temática da diversidade e relações étnico-raciais.

Sendo assim, a formação de professores e ausência de formação continuada para as relações étnico-raciais, evidenciam a importância dessa temática, a inadequação e a falta de conhecimento sobre as relações étnico-raciais, o que pode comprometer o caminhar de uma sociedade plena, independente, democrática e crítica em seu aspecto socioeducacional.

Este trabalho discute a Formação Continuada em Educação para as Relações Étnico-raciais para Professores da EPT. Este estudo é de cunho bibliográfico sobre as bases conceituais da educação profissional e tecnológica, utilizando-se da abordagem qualitativa. Flick (2009) descreve a abordagem qualitativa como a complexidade de uma determinada hipótese, analisa a interação de certas variáveis, ou seja, o método qualitativo nos permite agir e observar diferentes contextos e analisar as múltiplas dimensões da sociedade. Temos como objetivo verificar quais os principais desafios diante da formação continuada do docente na EPT para as relações étnico raciais.

## **2 METODOLOGIA**

### **2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA**

A pesquisa foi de natureza qualitativa, visando compreender e analisar as estratégias pedagógicas que promovam a formação continuada de professores para questões

étnico-raciais. A pesquisa qualitativa também conhecido como método qualitativo, é um conjunto de práticas que transformam o mundo visível em dados representativos, incluindo notas, entrevistas, fotografias, registros e lembretes (CRESWELL, 2014).

### 2.3 CARACTERIZAÇÃO E UNIVERSO DA PESQUISA

A EPT caracteriza-se como espaço voltado à formação técnica cidadã, com objetivo de preparar estudantes para o mercado de trabalho e para exercício da cidadania. É suma importância que a sociedade tenha conhecimento sobre a lei que em 2012 foi promulgada a Lei Federal 12.711 (BRASIL, 2012), conhecida como Lei de Cotas, e, a partir do ano letivo de 2013, todas as Instituições da Rede Federal de Ensino passaram a reservar um percentual de suas vagas de ingresso para estudantes provenientes de escolas públicas, que se autodeclaram pessoas pretas, pardas ou indígenas e cuja renda familiar per capita fosse de até um salário mínimo e meio, conforme estabelecido na Lei. Mais recentemente, as cotas federais foram ampliadas também para pessoas com deficiência. Estudos indicam a adoção de métodos e de recursos tecnológicos que podem facilitar o aprendizado. A investigação focou nas ações voltadas para a EPT, diante da formação continuada de professores para relações étnico-raciais.

### 2.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados, foi realizada em um Instituto Federal do Amazonas, com a coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI). Nós realizamos uma entrevista, a qual, segundo Gil (2008), pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação, para saber como se dão as políticas étnico-raciais dentro desta instituição.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na entrevista realizada com a coordenadora do NEABI, do Instituto Federal do Amazonas - Campus Parintins, para saber como ocorre a formação de professores para questões étnico-raciais.

**Tabela 1** – Existência de curso para formações étnico-raciais

|          |  |
|----------|--|
| Pergunta | Existem cursos que são oferecidos para vocês sobre educação para relações étnicas raciais? Com qual frequência esses cursos são oferecidos?  |
|          | <i>Sim, existem cursos para a formação dos professores e dos técnicos, os servidores do IFAM, só que esses cursos que são ofertados, eles correm com a frequência de mais ou menos uma vez por ano ou a cada dois anos. E esses cursos são ofertados pelo NEABI sistêmico que cada uma das unidades, que agora são um total de 18 unidade do IFAM.</i> |

De acordo com a entrevistada, cada uma dessas 18 unidades do IFAM tem o seu NEABI, e também um NEABI que coordena todos os outros, chamado de NEABI sistêmico, que fica em Manaus. Esse NEABI sistêmico passa as coordenadas como sugestão de datas, eventos e alguns cursos de capacitação, de formação. E essa formação em relação as questões étnico-raciais dada aos servidores, ela é preferencialmente dada aos servidores que vão compor as bancas de heteroidentificação.

O principal objetivo do procedimento de heteroidentificação é assegurar a justiça e a igualdade na aplicação das políticas de cotas raciais, no intuito de evitar fraudes e de esclarecer os critérios adotados nas universidades para as vagas reservadas a pretos, pardos, indígenas, conforme a Lei n. 12.711, de 2012 (BRASIL, 2012) e, mais recentemente, pessoas com deficiência, pela Lei n. 3.409, de 2016), são criadas em todo o país comissões amparadas em decisões e/ou normativas.

**Tabela 2 – Conteúdos trabalhados para a formação sobre relações étnico-raciais**

|          |   |
|----------|---|
| Pergunta | Quais são os conteúdos trabalhados? E quem são as pessoas que ministram?  |
|          | <i>Aqui no campus nós temos trabalhado essas questões de uma forma mais constante, no início do ano começamos com o projeto de valorização indígena, no qual trabalhamos no primeiro semestre e no final fizemos uma Feira para a exposição desses projetos. Já o segundo semestre ficou dedicado mais a questões afro-brasileiras e quilombolas.</i> |

Além desses trabalhos desenvolvidos nesse ano de 2024 pelo NEABI/IFAM campos Parintins, eles também têm um projeto que tem sido trabalhado com as escolas, pois,

o ingresso das comunidades quilombolas por cotas, entrou em vigor a partir desse ano de 2024, e muitas vezes esses alunos de diferentes escolas, que entram também por diferentes formas de acesso, eles já chegam com estereótipos já formados ou com pouco compreensão sobre a própria identidade e cultura. E justamente trabalhando com a formação dos professores dessas escolas, eles por sua vez terão o repertório maior e talvez uma compressão melhor dessas temáticas para trabalhar com os alunos.

Mas as instituições não devem limitar-se apenas a trabalhar durante o desenvolvimento de determinados projeto, mas que seja um trabalho constante, pois, muitas vezes, são formadores e reprodutores de desigualdades, surgem discussões acerca da necessidade de se elaborarem práticas que combatem as discriminações no espaço escolar. Segundo Gomes (2007):

[...] perceber como, nesses contextos, algumas diferenças foram naturalizadas e inferiorizadas sendo, portanto, tratadas de forma desigual e discriminatória. É entender o impacto subjetivo destes processos na vida dos sujeitos sociais e no cotidiano da escola. É incorporar no currículo, nos livros didáticos, no plano de aula, nos projetos pedagógicos das escolas os saberes produzidos pelas diversas áreas e ciência articulados com os saberes produzidos pelos movimentos sociais e pela comunidade. (GOMES, 2007, p.25)

Mesmo com as aprovações da lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) e onze anos da Lei 11.645/08 (BRASIL, 2008), as temáticas ainda encontram muitos obstáculos a serem transpostos no âmbito de muitas instituições, entre eles, o déficit na formação de professores para questões étnico-raciais.

**Tabela 3 – Reflexo no dia a dia sobre as questões étnico-raciais na instituição**

| Pergunta | Esses cursos têm um reflexo no dia a dia na instituição?   |
|----------|--|
|          | <i>Sim, tem um reflexo positivo, por exemplo o professor de biologia, que a pesar de não fazer parte desse eixo de ciências humanas, acatou a ideia de trabalhar sobre racismo ambiental e desmitificar algumas questões de raça através da ciência. E isso acaba sendo muito vantajoso para todos nós da instituição.</i> |

O termo Racismo Ambiental, é o processo de discriminação e injustiças sociais que populações compostas por minorias étnicas sofrem, devido à degradação ambiental e em decorrência das mudanças climáticas. Esse processo além de favorecer a configuração da docência, agrega saberes e competências inerentes à atuação. Dessa forma, Gomes (2012) ressalta que:

Uma educação voltada para a produção do conhecimento, assim como para a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos para (e na) diversidade étnico-racial, significa a compreensão e a ampliação do direito à diferença como um dos pilares dos direitos sociais. (GOMES, 2012, p. 22).

Então, essas oportunidades de eventos e ações do NEABI, elas não só ensinam, mas também provocam nos docentes da instituição, os técnicos e servidores a se interessarem mais e aprenderem mais sobre a temática

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos concluir com essa breve pesquisa, é que tanto as formações e os assuntos voltados para essas questões raciais são trabalhadas através de projetos. Trabalhar com projetos requer uma adaptação, levando os discentes a refletir sobre sua prática cotidiana e prepará-los para a vida. O projeto requer habilidade, conhecimento e integração com outras disciplinas e professores

A formação docente precisa ser permanente, nunca estaremos completos a ponto de não precisarmos nos reconstruir. A educação está em constante mudança, nossos alunos mudam de geração em geração, e nós profissionais docentes e a escola como instituição devemos estar permanentemente em busca de nos completarmos, de nos construirmos e nos transformarmos. É necessário nos darmos conta de que essa transformação é importante e fundamental, devemos refletir constantemente sobre nossa prática docente e analisa-la individualmente e junto com nossos pares para que tenhamos um resultado que caminhe para uma formação docente que traga desenvolvimento pessoal e social.

Por fim, entende-se que, apesar das dificuldades enfrentadas pelos professores diante da formação continuada voltada para questões étnico-raciais, temos avançado consideravelmente, mesmo que tenhamos uma longa jornada pela frente. A educação no sentido geral requer uma atenção redobrada por partes das autoridades competentes e políticas públicas efetivas para enfrentamento das problemáticas existentes no Brasil, sobretudo, das desigualdades e das relações étnico-raciais.

#### **5 REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei no 12.711, de 29/08/2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711). Acesso em: 06/11/2024.

Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 20 nov. 2021.

\_\_\_\_\_, Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003.

BRASIL. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.  
BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96. Brasília: Câmara dos Deputados, 1997. 47 p.

CRESWELL, J. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: Escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2009.

KUENZER, A. Z. A formação dos profissionais da educação: proposta de diretrizes curriculares nacionais. Educação, v. 25, n. 1, jan./jun. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/4777/2905>. Acesso em: 23 dez. 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. 28. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

GATTI, Bernadete. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. Fundação Carlos Chagas. Revista Brasileira de educação. V.13 n.37 jan/abr. 2008.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas.

GOMES, Nilma Lino. Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639. 1ª ed. Brasília: MEC/UNESCO, 2012.

IMBERNÓN, F. Formação Docente e Profissional – formar-se para a mudança e a incerteza. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, jun. 2008. Brasília: MEC, SETEC, 2008.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. Holos, ano 23, vol. 2, 2007.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidade de integração. In: MOLL, Jaqueline et al. Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010a, p. 58-79

OTRANTO, Celia Regina. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia –IFETs. Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ), ano I, n.º 1, jan-jun 2010, p. 89-110.

PIMENTA, A. Educação, Identidade e Profissão Docente. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/40280408/Educacao-Identidade-e-Profissao-DocentePimenta-e-Anastasiou>. Acesso em: 23 nov. 2024.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

PIMENTA, S. G., & Anastasiou, L. G. C. Docência no ensino superior. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

SANTANA, Wagner; SANTANA, Denise; BANDEIRA, Viviane Carla. O samba de roda e a capoeira como elemento de aporte na EJA, na contemporaneidade. Revista Capacitar: Educação, Cultura & Sociedade: Feira de Santana / BA, nº 6, 2020.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves et al. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In: Relações étnico-raciais e educação no Brasil/Marcus Vinicius Fonseca, Carolina Mostaro Neves da Silva. Alexandra Borges Fernandes, organizadores- Belo Horizonte: Mazza Edições, 20.